



Instituto de Previdência dos Municipiários de Catanduva
Lei Complementar n° 127 de 24.09.1999

22.06.2016

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS MUNICIPIÁRIOS DE CATANDUVA
realizada aos 22 de junho de 2016 às 18:00 horas para tratar dos seguintes assuntos:

- a) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior: 18/05/2016;
- b) Relatório de investimentos 05/2016;
- c) Alocações e realocações de recursos.

Sob a Presidência de Orivaldo Benedito de Lima foram registradas as presenças dos membros: Aparecida de Lourdes Neves, Edson Andrella, Renato Aparecido Biagi e Vânia Aparecida Lopes.

Havendo número legal de membros para realização da presente reunião, passou-se a discutir os assuntos constantes da respectiva convocação, conforme segue:

- a) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior: 18/05/2016 – A ata foi lida e aprovada por unanimidade.
- b) Relatório de investimentos 05/2016 - Os relatórios elaborados pela Assessoria Crédito e Mercado foram analisados e apresentaram os seguintes resultados:

Em maio de 2016

Patrimônio de R\$ 175.924.927,08

Retorno positivo de 0,85 %

Meta de 1,27%

No Ano

Retorno positivo de 8,33%

Meta de 6,54%

Foram analisados os principais pontos constantes no relatório, referentes aos produtos investidos e aos principais indicadores de mercado.

[Handwritten signatures and initials]

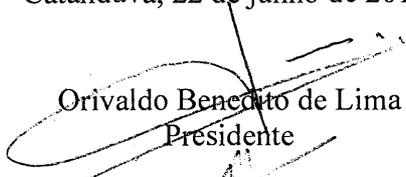


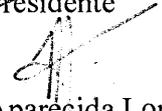
Instituto de Previdência dos Municipiários de Catanduva
Lei Complementar nº 127 de 24.09.1999

Alocações e realocações de recursos – Após análise do cenário, político e econômico, e a Visão da Crédito & Mercado, por decisão unânime, as sobras de recurso, R\$ 890.000,00, deverão ser aplicadas no Geração Futuro Juro Real IMA B rf LP.

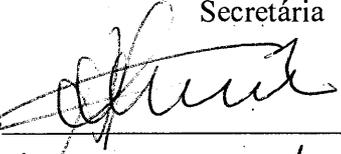
Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, lavrando-se a presente Ata que foi aprovada pela unanimidade dos Conselheiros presentes, conforme assinaturas apostas abaixo.

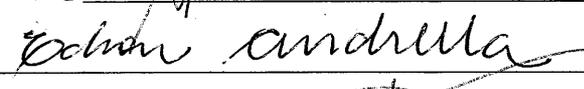
Catanduva, 22 de junho de 2016.

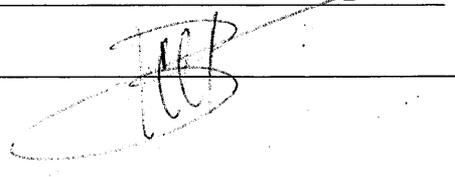

Orivaldo Benedito de Lima
Presidente


Vânia Aparecida Lopes
Secretária

Membros:

Aparecida de Lourdes Neves 

Edson Andrella 

Renato Aparecido Biagi 

Nossa Visão – 20/06/2016



crédito &
mercado
Consultoria em Investimentos

Retrospectiva

Por conta da Operação Lava Jato, o terceiro ministro do presidente em exercício, Michel Temer, acabou deixando o governo. Desta feita foi o Deputado Henrique Eduardo Alves, do PMDB, que pediu demissão do cargo de ministro do Turismo, por seu nome ter sido envolvido na delação premiada do ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, que foi homologada pelo STF.

Em sua delação, Machado citou diversos políticos do PMDB, PT, PP, DEM, PSDB e PC do B, inclusive o presidente Temer, que lhe teria pedido que obtivesse doações eleitorais para o ex-deputado Gabriel Chalita, na campanha à Prefeitura de São Paulo, em 2012. Na última quinta-feira o presidente em exercício classificou de irresponsável, leviana, mentirosa e criminosa a declaração dada por Machado. A verdade, o tempo dirá.

Para o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a queda de três ministros em pouco mais de um mês do governo Temer, não altera a agenda econômica. Ele disse que a crise política é de curto prazo e que deverá ser resolvida de uma maneira ou de outra e que está focado em resolver os problemas de longo prazo da economia. Segue firme a expectativa de que o Congresso aprove a PEC que estipula um teto para as despesas públicas.

Ainda na segunda-feira, ocorreu a transmissão de cargo do presidente do Banco Central, de Alexandre Tombini para Ilian Goldfajn, que afirmou ser seu objetivo perseguir uma inflação baixa e estável para garantir a recuperação da economia e que a eficácia da política monetária, no entanto, dependerá da aprovação das medidas na área fiscal propostas pelo governo. No mesmo dia anunciou a nova equipe de diretores do BC, que agradou ao mercado financeiro.

Já na quinta-feira, o economista-chefe para a América Latina da agência Standard & Poor's, Joaquin Cottani, afirmou que o governo do presidente em exercício está fazendo o certo, mas que leva algum tempo para que os resultados apareçam. As mudanças podem e devem ser feitas da noite para o dia, mas há de se esperar, no mínimo um ano, pelo resultado. Além disso, as incertezas políticas atrapalham a tomada de medidas e a apresentação de resultados.

Em relação aos principais fatos da semana, na economia internacional, especificamente na zona do euro, a agência Eurostat comunicou que a produção industrial teve alta de 1,1% em abril, puxada pela produção de bens duráveis. Já o índice de preços ao consumidor de maio teve queda de 0,1% anualizada, sendo que o núcleo do índice teve avanço de 0,8%.

Nos EUA, o banco central local - FED decidiu manter entre 0,25% e 0,5% a taxa básica de juros, dadas as leituras mistas do desempenho econômico americano, além de também considerar como um fator importante o referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia, que ocorrerá nesta semana. Foi também divulgado que a produção industrial nos EUA caiu 0,4% em maio, tendo retrocedido mais que o previsto. Já as vendas no varejo aumentaram 0,5% nesse mês, depois de uma alta de 1,3% em abril, levemente acima do esperado pelos analistas. Por sua vez, os preços ao consumidor subiram 0,2% em maio e 1% na base anual, depois de terem subido 0,4% em abril, ainda bem abaixo da meta de 2%.

Na Ásia, o banco central japonês decidiu manter a política monetária expansionista, com a taxa de depósito dos bancos no banco central mantida em -0,1%, além de cortar a projeção para a inflação.

Com o temor da saída do Reino Unido da União Europeia, as bolsas reagiram mal. O Dax, índice da bolsa alemã terminou a semana com queda de 2,07%. Já o FTSE-100, da bolsa inglesa fechou com queda de 1,55%, enquanto o índice S&P 500, da bolsa norte-americana, terminou a semana com baixa de 1,19%.

No Brasil, o IPC-Fipe, depois de ter desacelerado para 0,40% na primeira quadrissemana de junho, manteve a alta na segunda. O IPC-S, que subiu 0,59% na quadrissemana inicial de junho, desacelerou para 0,45% na segunda. Já o IGP-M, acelerou na segunda prévia de junho, subindo de 1,12% para 1,33%. E por fim, o IGP-10 de junho aumentou 1,42%, quando em maio havia subido 0,60%, elevando a alta em doze meses para 11,85%.

O Banco Central informou que o IBC-Br, a sua prévia do PIB, teve uma ligeira alta de 0,03% em abril, comparado a março. Em doze meses a queda acumulada foi de 5,35%. Foi também divulgada a ata da última reunião do Copom, em que o Banco Central considerou que a inflação poderá chegar ao centro da meta no final de 2017, caso seja mantida, por enquanto, a taxa Selic em 14,25%. Para 2016 as estimativas de inflação pioraram, mesmo no cenário que considera os juros estáveis.

Já as vendas no varejo, conforme o IBGE, subiram 0,5% em abril, em relação ao mês anterior, impulsionadas pelos setores de supermercados, artigos de uso pessoal e vestuário. A evolução foi abaixo da esperada e em relação a abril do ano passado as vendas varejistas acumulam queda de 6,7%. O IBGE também informou que o volume de serviços prestados em abril caiu 4,5% na comparação com o mesmo período de 2015, e que no ano a queda foi de 4,9%, já descontados os efeitos da inflação.

Por sua vez, o índice de confiança do empresário industrial, calculado pela Confederação Nacional do Comércio alcançou em junho o maior nível desde novembro de 2004 e o de confiança do consumidor, calculado pela Federação do Comércio de São Paulo, subiu, após 40 meses de queda.

Na semana, o índice Ibovespa subiu 0,23%, acumulando uma alta no mês de 2,19% e ano de 14,27%. Já o dólar subiu na semana 0,32% e o IMA-B Total 0,36%.

Comentário Focus

O último Relatório Focus, divulgado na segunda-feira, apontou novamente alta da expectativa de inflação para 2016. Os economistas consultados, na média, acreditam agora que o IPCA subirá 7,25% neste ano e não mais 7,19%. Com relação a 2017, a expectativa dos economistas é de que o IPCA feche o ano em 5,50% – projeção semelhante àquela divulgada nas cinco últimas semanas.

Em relação à taxa Selic, foi mantida a expectativa de 13,00% para o final deste ano e de 11,25% para o próximo.

Quanto à atividade econômica, o mercado espera agora uma queda do PIB de 3,44% e não de 3,60%. Em relação a 2017 a expectativa de alta foi mantida em 1,00%. Para a produção industrial, a expectativa de queda, no ano, diminuiu de 5,87% para 5,85%. Para o próximo ano, a projeção de alta caiu de 0,80%, para 0,67%.

Relatório de Mercado – Focus – 17/06/2016			
		2016	2017
IPCA(%)	↑	7,25	5,50
IGP-DI(%)	↑	8,27	5,59
IGP-M (%)	↑	8,34	5,60
Meta Taxa de Câmbio – Fim do Período (R\$/US\$)	↓	3,60	3,80
Meta Taxa SELIC – Fim do Período (%a.a.)		13,00	11,25
PIB (% crescimento)	↑	-3,44	1,00
Produção Industrial (% crescimento)	↑	-5,85	0,67
Balança Comercial (US\$ bilhões)	↑	50,76	50,07
Investimento Estrangeiro Direto (US\$ bilhões)		60,00	60,00

Fonte: Banco Central

↓ Redução * Estabilidade ↑ Elevação

Quanto à Balança Comercial a projeção neste ano aumentou de um superávit de US\$ 50,52 bilhões para US\$ 50,76 bilhões. E no ano seguinte aumentou de US\$ 50 bilhões, para US\$ 50,07 bilhões. Para o Investimento Estrangeiro Direto, as expectativas caíram de US\$ 61,30 bilhões para US\$ 60 bilhões, neste ano e não mudaram para o próximo se mantendo também em US\$ 60 bilhões.

Perspectiva

Na Europa, dos indicadores mais importantes, é esperada a divulgação da confiança do consumidor, do PMI industrial, de serviços e o composto da zona do euro e da Alemanha, em junho, além do importante resultado do referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia.

Nos EUA, serão divulgadas as vendas de casas usadas, de casas novas e os indicadores antecedentes, de maio, o PMI industrial e a confiança do consumidor, em junho.

No Brasil, teremos a divulgação do IPC-Fipe e do IPC-S, da terceira quadrisssemana de junho, do IPCA-15 desse mês, as transações correntes e a arrecadação federal, em maio.

No plano internacional, os mercados estarão focados no resultado do mencionado referendo no Reino Unido e, internamente, na divulgação do IPCA-15, que deve ser mais brando por conta de menor pressão dos preços administrados, além do andamento das medidas econômicas do governo Temer e nos fatos políticos.

Em relação ao total das aplicações, mantemos a recomendação de uma exposição de 35% aos vértices mais longos, representado pelo IMA-B Total (cujas composição historicamente equivale a 35% do IMA-B 5 e 65% do IMA-B 5+), 30% para os vértices médios (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDKa 2A) e 10% para o vértice mais curto, representado pelo IRF-M 1, e mesmo pelo DI, face a constituir uma reserva estratégica de liquidez e proteção das carteiras. Importante destacar que o alongamento das posições deve ser feito de forma paulatina, visando aproveitar as movimentações do mercado, que ainda poderá apresentar alta volatilidade.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDIC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. A atual escassez de crédito para a produção e o consumo tem gerado prêmios de risco, que possibilitam uma remuneração que supera as metas atuariais.

Quanto à renda variável, recomendamos uma exposição de no máximo 25%, já incluídas as alocações em fundos multimercado (5%), em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%). Para os 10% direcionados para o mercado de ações, sugerimos a mesma estratégia de entrada paulatina, já que o cenário esperado é o mesmo que prevalece no alongamento das posições em renda fixa.

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente, para o longo prazo.

Sugestão de Alocação dos Recursos	
<u>Renda Fixa</u>	75%
Longo Prazo (IMA-B TOTAL)	35%
Médio Prazo (IRF-M TOTAL, IMA-B 5 e IDKA)	30%
Curto Prazo (IRFM-1 E CDI)	10%
<u>Renda Variável</u>	25%
Fundos de Ações	10%
Multimercados	5%
Fundos em Participações	5%
Fundos Imobiliários	5%

Indicadores Diários – 17/06/2016

Indicador	Dia (%)	Mês (%)	Ano (%)	12 meses (%)
CDI	0,052	0,684	6,218	14,074
IRF-M 1	0,053	0,639	6,949	14,930
IDKA IPCA 2 Anos	-0,020	1,387	9,067	17,969
IMA-B 5	-0,013	1,171	9,087	17,646
IRF-M	0,170	1,045	13,145	15,901
IRF-M 1+	0,228	1,248	17,933	16,786
IMA-B	0,024	1,742	15,932	15,848
IMA Geral	0,096	1,188	12,172	15,334
IMA-B 5+	0,049	2,110	20,278	15,464
IDKA IPCA 20 Anos	0,385	3,444	35,403	12,627
Ibovespa	0,247	2,191	14,265	-6,594
S&P 500	-0,326	-1,227	1,335	-1,918
DAX	0,847	-6,152	-10,348	-15,781
FTSE 100	1,186	-3,366	-3,544	-13,410

Índices de Referência – Maio/2016

Índices	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses
INPC	0,98%	4,80%	2,07%	5,54%	9,82%	19,44%
INPC + 6% a.a.	1,47%	7,10%	3,57%	8,61%	16,38%	34,17%
IPCA	0,78%	4,05%	1,83%	5,05%	9,32%	18,58%
IPCA + 6% a.a.	1,27%	6,54%	3,33%	8,11%	15,85%	33,21%